

Oralidade em sala de aula: impactos no aprendizado da língua materna

KARINA NOGUEIRA

Universidade Federal de Lavras – UFLA. e-mail: kanoguerra@yahoo.com.br

Orientador: Helena Maria Ferreira

Resumo: Este artigo aborda o tema oralidade em sala de aula. Delineia, inicialmente, as características tanto de texto escrito, quanto do oral, descrevendo seus pontos convergentes e divergentes. Com base em resultados de pesquisas empreendidas por estudiosos do assunto, argumenta-se positivamente acerca da oralidade com relação a sua relevância para o processo de ensino e aprendizado da língua materna. Sendo considerada uma capacidade desenvolvida *a priori* por seus usuários, a oralidade, considerada na rotina de sala de aula, mostra-se um instrumento essencial para o ensino da língua materna.

Palavras-chave: texto, ensino, oralidade, escrita, aprendizagem, língua materna.

Abstract: This article approaches orality in the classroom. It discusses not only the characteristics of the written and oral text, but it also describes their convergent and divergent points. This study is based on results of some researches performed about the orality in classroom. They argue positively about of the orality practice, which has proved relevance to the process of education and learning of maternal language. Being considered by its users a capacity developed *a priori*, orality, considered in the routine of the classroom, seems to be a complementary tool for teaching the mother tongue.

Keywords: text, teaching, speaking, writing, learning, mother language.

Introdução

A partir de 1980, diversos pesquisadores voltaram seus olhares para questões que perpassam o ensino da língua portuguesa como língua materna. No cenário brasileiro, os estudos sobre a variação linguística despontam e, no bojo desses estudos, a oralidade passa a ter destaque no que tange o processo de ensino e de aprendizagem da leitura e da escrita. Assim, o objetivo deste artigo é discutir questões relativas ao papel da oralidade no aprendizado da língua. Acredita-se que tal reflexão poderá contribuir para aqueles que se interessam pelo ensino da língua materna.

Oralidade e escrita: práticas sociais de uso da língua

A primazia dada ao texto escrito no processo de aquisição da língua materna já é bem conhecida, assim como também a desconsideração do texto na modalidade oral

da língua. Por conseguinte, ao abordar a questão da oralidade, faz-se necessário explicitar o conceito de texto adotado. Para Costa Val (1999, p. 3) "... um texto é uma ocorrência linguística falada ou escrita, de qualquer extensão, dotada de unidade sociocomunicativa, semântica e formal". Ainda é no texto que a língua "se revela em sua totalidade quer enquanto conjunto de forma quer enquanto discurso" (GERALDI, 1997, p. 135).

Desse modo, pode-se entender que a definição de texto perpassa as noções tanto de texto escrito como de texto falado. Assim, tem-se, então, que a capacidade verbal, ou linguística, envolve essas duas habilidades no uso da linguagem. O texto falado e o escrito são dois tipos de execução verbal, ou seja, duas maneiras de organização de discursos (MARCUSCHI, 2011). Essas duas modalidades textuais vão utilizar-se de um conjunto de elementos característicos de cada uma, embora compartilhem pontos comuns como: coesão, coerência, raciocínios abstratos, exposições formais e informais, variações estilísticas, sociais etc. É o que Marcuschi atesta:

[...] Apesar do caráter dicotômico atribuído à fala e à escrita por algumas correntes tradicionais é preciso considerar que oralidade e escrita são práticas e usos da língua com características próprias, mas não suficientemente opostas para caracterizar dois sistemas lingüísticos nem uma dicotomia. Ambas permitem a construção de textos coesos e coerentes, ambas permitem a elaboração de raciocínios abstratos e exposições formais e informais, variações estilísticas, sociais, dialetais e assim por diante. As limitações e os alcances de cada uma estão dados pelo potencial do meio básico de sua realização (MARCUSCHI, 2003, p. 17).

À fala é creditado o fato de ser uma habilidade precípua à escrita. Por sua vez, à escrita foi admitido, por um longo tempo, um *status* de superioridade. Atualmente, as práticas sociais têm exigido dos participantes uma competência que não se restringe apenas ao domínio da escrita, mas de um conjunto de competências que englobam, dentre outras, a fala, a escuta atenta e crítica, a leitura de textos multimodais, a linguagem de sinais etc., de modo que existem vários aspectos a serem considerados no ensino e na aprendizagem de línguas.

Sobre a escrita e a fala, afirma Marcuschi:

[...] Assim como a fala não apresenta propriedades intrínsecas negativas, também a escrita não tem propriedades intrínsecas privilegiadas. São modos de representação cognitiva e social que se revelam em práticas específicas. Postular algum tipo de supremacia ou superioridade de alguma das duas modalidades seria uma visão equivocada, pois não se pode afirmar que a fala é superior à escrita ou vice-versa (MARCUSCHI, 2003, p. 35).

Admitem-se tanto as diferenças quanto as semelhanças entre a escrita e a fala. Ressalte-se que essas diferenças são notórias, uma vez que na fala o falante faz uso da prosódia, da gestualidade, dos movimentos do corpo e dos olhos. Na escrita, tamanho

e tipo de letras, cores e formatos, elementos pictóricos podem favorecer a produção dos sentidos. Por outro lado, não é possível desconsiderar que oralidade e escrita são “atividades interativas e complementares no contexto das práticas sociais e culturais” (MARCUSCHI, 2003, p. 16) e evidenciam a organização e a interação sociocultural.

Oralidade em sala de aula: uma teia de relações

Embora reconhecida na sociedade, a oralidade nem sempre foi valorizada no ambiente escolar. O estudo da oralidade no âmbito escolar tem uma recente abordagem, pois “só recentemente a Linguística e a Pedagogia reconheceram a língua falada, de importância tão fundamental na vida cotidiana dos cidadãos, como legítimo objeto de estudo e atenção” (BATISTA *et al*, 2005, p. 83).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa (PCNs) trazem como um de seus objetivos gerais fazer os alunos capazes de

[...] expandir o uso da linguagem em instâncias privadas e utilizá-la com eficácia em instâncias públicas, sabendo assumir a palavra e produzir textos – tanto orais como escritos – coerentes, coesos, adequados a seus destinatários, aos objetivos a que se propõem e aos assuntos tratados (BRASIL, 1997, p. 41).

É comum nas escolas desprezar-se o trabalho oral nas atividades de sala de aula, ignorando esta etapa que antecede os trabalhos escritos e que ajuda na reflexão durante o aprendizado da escrita.

Para compreender como o aprendizado da língua materna é influenciado pela oralidade é necessário que a escola assuma tal reflexão considerando a fala como parte rotineira no ensino de língua materna, como atesta Marcuschi:

Representa uma dupla proposta de trabalho: por um lado trata-se de uma missão para a ciência linguística que deveria dedicar-se à descrição da fala e, por outro lado, é um convite a que a escola amplie seu leque de atenção (MARCUSCHI, 1993, p. 10).

A primeira manifestação humana verbal natural e espontânea é a fala. Aprende-se a língua oral antes de se aprender sua escrita. Adquirida em contextos informais do dia a dia e nas práticas dialógicas entre a criança e seu cuidador, a fala possibilita a inserção cultural e a socialização dessa criança. Entretanto, é preciso ressaltar que o aprendizado da língua neste estágio inicial ainda não está completo. Portanto,

cabe à escola um papel determinante no crescimento linguístico do jovem falante: promover a sua capacidade de expressão oral e dar-lhe acesso à mestria da vertente escrita da língua. No que respeita à oralidade, a escola deve confrontar os alunos com o valor

de “saber ouvir” e “saber expressar-se” adequadamente ao contexto e à finalidade de cada situação (FERRAZ, 1997, p. 35).

Para a autora a apresentação destes valores ao aluno tem o intuito de despertar um interesse maior ao que é exposto oralmente pelo educador e de fazer com que a criança seja capaz de identificar claramente as partes principais da mensagem e segui-la. Assim, do mesmo modo, a escola deve ensinar ao aluno

[...] a ser eficaz na comunicação oral [...], a expressar-se de forma clara, eficiente e criativa, o que pressupõe o crescimento do conteúdo linguístico (vocabulário e estruturas gramaticais), do repertório de estratégias de interação (antecipação, síntese e reflexão) e flexibilização do uso da língua em situações e atividades diversificadas (FERRAZ, 1997, p. 35).

Em situações escolares, são exigidas habilidades de leitura e de escrita de forma mais sistematizada. Tais competências deveriam ser agregadas aos processos orais. No entanto, há uma tendência, no meio escolar, em considerar o trabalho com a oralidade desnecessário, uma vez que as práticas orais se fazem presentes a todo instante. Discorrendo sobre a importância da articulação entre as práticas oral e escrita, Ferraz postula que

o processo de crescimento linguístico do sujeito, tendo as suas raízes na herança genética da humanidade, usufrui substancialmente das influências proporcionadas pelo meio, incluindo aqui a situação escolar. Daí a importância que as sociedades ocidentais atribuem ao papel da escola no desenvolvimento das competências *[oral e escrita]* que conduzem a uma sofisticada mestria linguística, necessária ao sucesso profissional e social do indivíduo, em particular, e da comunidade em geral (FERRAZ, 1997, p. 34, grifo nosso).

A percepção que o aluno deve desenvolver em relação à escrita é a de que ela simboliza a linguagem oral, uma vez que “o reconhecimento da relação entre o oral e o escrito significa um salto qualitativo a que se irá associar o conhecimento da função comunicativa que a escrita encerra” (FERRAZ et al, 1997, p. 51). A análise tanto do texto falado como do escrito leva o aluno a traçar paralelos entre essas duas modalidades e assim enxergar as diferenças e as semelhanças.

As características e condições de produção da fala arroladas no esquema a seguir demonstram a relevância de se considerar a oralidade em sala de aula.



A interação face a face torna a relação entre os falantes mais acessível, ultrapassando o entendimento do assunto que está sendo tratado. Acredita-se que o contato visual entre os interlocutores tenha uma completude maior no processo de produção/reconstrução dos sentidos.

Segundo Ataliba Teixeira de Castilho (1998), o trabalho com a oralidade se constitui num excelente ponto de partida para o desenvolvimento das reflexões sobre a língua, uma vez que se trata de um fenômeno “mais próximo” do educando e, além disso, deve-se estudar a oralidade pelas relações que podem ser estabelecidas entre o oral e o escrito.

No que tange à criação coletiva, os contos, as cantigas, as peças de teatro são resultantes de processos culturais, que exploram aspectos verbais provenientes da tradição oral. O texto oral surge da interação entre os que estão envolvidos em determinados grupos de pessoas que geralmente enquanto laboram produzem tais gêneros orais, conforme Bittencourt salienta:

A produção artesanal e a tradição oral são elementos que orientam o processo de mudança porque preveem novas possibilidades de significação. Os tecidos e as canções que acompanham sua produção são os universos em que o diálogo entre as improvisações individuais e a tradição coletiva é articulado. Esta interrelação entre tradição e manifestações individuais também está presente na forma como os versos são improvisados entre os refrões das canções nos mutirões de fiar e tecer (1995, p. 199).

A impossibilidade de apagamento é uma característica da oralidade a qual alerta para a cautela que se deve ter, pois uma vez dito não há como apagar, como acontece com a escrita. É preciso que o falante empregue estratégias de reformulação do discurso. A escola como ambiente social é local propício para salientar sobre o como falar,

qual o tipo de texto apropriado para cada circunstância específica.

A todo instante, as pessoas interagem, e o que é dito e ou ouvido é reformulado todo o tempo. O principal vetor desta reformulação é a fala, o que corrobora para que o aspecto da oralidade seja fecundo, pois cada indivíduo carrega consigo inúmeras e variáveis informações, visões etc.

Os interlocutores, por sua vez, jamais terão formulações idênticas sobre qualquer assunto, mas sim reformulações de tudo a todo o tempo. Essa pode ser feita pelos mecanismos de correção, repetição, paráfrase etc.

No diálogo, o acesso às reações do outro é imediato, aquele somente se faz possível pelo ato de falar. Este afeta de alguma forma o outro e sua reação escapa quase que irrefletidamente ficando exposto.

Para o trabalho em sala de aula, Batista et al (2005, p. 84) apresentam cinco capacidades/habilidades relacionadas ao desenvolvimento da oralidade no processo de aprendizagem da escrita, e necessária ao domínio pleno da língua pelos aprendizes:

- Participar das interações cotidianas em sala de aula, escutando com atenção e compreendendo, respondendo às questões propostas pelo professor e expondo opiniões nos debates com os colegas e com o professor.
- Respeitar a diversidade das formas de expressão oral manifestadas por colegas, professores e funcionários da escola, bem como por pessoas da comunidade extra-escolar.
- Usar a língua falada em diferentes situações escolares, buscando empregar a variedade linguística adequada;
- Planejar a fala em situações formais;
- Realizar com pertinência tarefas cujo desenvolvimento dependa de escuta atenta e de compreensão.

Tais capacidades visam ajudar o aluno a viver bem em sociedade, podendo se expressar de acordo com a necessidade. Segundo Batista *et al.* (2005) as atividades devem incentivar os alunos a usar a oralidade por meio da participação em sala de aula que, de certa forma, reproduz a participação em sociedade no tocante ao expressar-se, saber ouvir e fazer-se entender nos diversos espaços que frequenta.

Levar o aluno a perceber que o uso da oralidade não segue o mesmo padrão em todos os lugares é parte da educação oral do cidadão, ajudando-o no planejamento da fala adequado à situação exigida.

Desenvolver no cidadão o conhecimento e o sentimento do respeito pelas variedades linguísticas também se faz necessário para a formação do cidadão.

Antes de iniciar um trabalho com a oralidade, é importante que o professor esteja ciente de como se dá a organização de um texto conversacional. Segundo Fávero, Andrade e Aquino (2002), o tópico discursivo, os marcadores conversacionais, o turno e o par adjacente são componentes para que a organização seja possível. A conversação é tida como uma sequência de turnos. O turno é a produção de um falante no momento em que este tem a palavra.

O tópico discursivo refere-se ao assunto tratado na conversação, e este não é planejado, podendo haver, por exemplo: mudança de tópicos; uso de pausas; uso de prosódias etc. o que torna seu andamento imprevisível. Já os marcadores conversacionais são expressões como: *né? ahn; sim, claro* etc. Eles têm a função de dar manutenção à interação da conversação.

O uso da oralidade em sala de aula se justifica então porque esta representa também uma situação pública em que se pode produzir e compreender textos orais. É importante destacar no trabalho com a oralidade o item escutar, que exige um aprendizado específico para que se compreenda o que foi dito.

Nessa direção, Fávero, Andrade e Aquino (2002) sugerem que os professores analisem textos orais em sala, identificando os fatores que os diferenciem do texto escrito. No exemplo a seguir, há a retextualização do oral para o escrito:

Texto oral: "Eram dois ratinhos... que eles viviam numa casa velha... e eles gostavam muito de passear pela casa né?"

Texto escrito: "Havia dois camundongos e eles moravam em uma casa velha e adoravam passear por ela" (FÁVERO; ANDRADRE; AQUINO, 2002, p. 11).

A análise do texto acima permitirá ao aprendiz refletir sobre a importância da escolha do léxico (*eram/ havia; ratinhos/ camundongos; viviam/ moravam; gostavam/ adoravam*), a partir de seus objetivos comunicacionais e perceber as diferenças na estrutura de cada par de palavras.

Outra estratégia que pode ser instrumentalizada em sala de aula é a exposição oral, em que se propõe ao aluno que simule uma situação de conversação ou de exposição oral acerca de algum assunto. Dolz, Schneuwly, de Pietro e Zahnd fazem a seguinte afirmação:

[...] A exposição oral vem de uma longa tradição e é constantemente praticada, muitas vezes isso se dá sem que um verdadeiro trabalho didático tenha sido efetuado, sem que a construção da linguagem expositiva seja objeto de atividades de sala de aula, sem que estratégias concretas de intervenção e procedimentos explícitos de avaliação sejam adotados (DOLZ, SCHNEUWLY, DE PIETRO; ZAHND, 2004, p. 216).

Outra possibilidade é advinda dos estudos de Peixoto (2008). No caso da proposta de ensino da modalidade oral da língua, a pesquisa empreendida pela autora referenciada consistiu em analisar o gênero júri simulado. Percebeu-se como foi de grande valia para o desenvolvimento argumentativo dos alunos, para estimular o uso de mecanismos retóricos e linguísticos na abordagem sistemática de tal gênero oral. Na investigação realizada, relatou-se que o professor participante explicou aos alunos em que consistia tal gênero, como era elaborado, dando todas as orientações. Ao aplicar a atividade, o professor teve o cuidado de não criticar a fala coloquial, mas a de informar aos alunos que este estilo era apropriado a outra situação que não a do júri simulado.

Também escolheu um gênero que apresentava elementos novos, o que com certeza estimularia o aluno a pensar em algo que talvez não tivesse cogitado antes. Essas atitudes diante da tentativa de se trabalhar um dos gêneros orais confirmam que é inteiramente possível inseri-los no cotidiano escolar.

Outra prática mais conhecida nas escolas para desenvolver a dicção e que já foi bastante empregada é a estratégia de trabalho com o gênero trava-línguas, pois essa atividade, além de ser benéfica à oralidade, também era e continua sendo um modo lúdico de ensinar a língua.

Tendo origem na cultura popular os trava-línguas são modalidades de parlendas, em prosas, versos, ou frases, ordenadas de tal forma que se torna difícil pronunciá-las sem tropeço ou sem travar a língua como o próprio nome diz. A articulação torna-se difícil porque deve ser pronunciada de forma rápida (SILVA; QUITERIO, 2010, p. 21).

Atividades como estas abrem espaço para a ressignificação de valores e costumes. Quando a interação se dá em ambientes escolares, que é um dos ambientes sociais, cada pessoa que frequenta esse ou outro tipo de espaço social carrega consigo suas concepções sobre diferentes temas da vida, e quando estas são confrontadas por intermédio da oralidade possibilita esse tipo de ressignificação. O aluno, ao preparar-se para uma apresentação verbal, ao aprender a respeitar a diversidade linguística, ao planejar a sua fala dependendo do contexto, dentre outros, além de possuir mais subsídios para a aprendizagem da escrita, aprende a ser cidadão.

Considerações Finais

Analisando as teorias sobre a oralidade, verificou-se que essa modalidade está sendo cada vez mais valorizada e que existe empenho em instrumentalizá-la como objeto de pesquisa e de ensino. Pode-se afirmar que os impactos do trabalho com a oralidade para a aprendizagem da língua materna são consideráveis, influenciando de forma benéfica no processo de comunicação e na aquisição da escrita. O estudo da oralidade, por ser um campo complexo e que tem interfaces com outras áreas do conhecimento demanda o empreendimento de novas investigações, mais notadamente de cunho didático-pedagógico.

Bibliografia

BATISTA, Antonio Augusto Gomes et al. *Capacidades da Alfabetização*. Belo Horizonte: Ceale/FaE/UFMG, 2005. Coleção Instrumentos da Alfabetização, v. 2.

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais*. 1ª a 4ª séries: Língua Portuguesa. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BITTENCOURT, Luciana. "Tecendo textos culturais: tecelagem, narrativas orais e gênero no Vale do Jequitinhonha", *Revista de Antropologia*. São Paulo, v. 38, n. 2. 1995.

CASTILHO, Ataliba de. *A língua falada no ensino de português*. São Paulo: Contexto, 1998.

COSTA VAL, M. G. *Redações e Textualidade*. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

DOLZS, J; SCHNEUWLY, B.; DE PIETRO, J. F.; ZAHND, G. "Exposição Oral", in: ROJO, R. H. R. & CORDEIRO, G. S. (orgs.) *Gêneros orais e escritos na escola*. Campinas: Mercado de Letras, 2004.

FÁVERO, Leonor Lopes; ANDRADE, Maria Lúcia C. V. O; AQUINO, Zilda G. O. *Oralidade e Escrita: perspectivas para o ensino de Língua Materna*. 3 ed. São Paulo: Editora Cortez, 2002.

FERRAZ, Maria José et al. *A Língua Materna na Educação Básica: competências nucleares e níveis de desempenho*. Lisboa: Ministério da Educação, 1997.

GERALDI, J.W. "Da redação à produção de textos", in: GERALDI, J.W.; CITELLI, B. (org.). *Aprender e ensinar com textos de alunos*. São Paulo: Cortez, 1997, vol. 1, p. 17-24.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*. 4 ed. São Paulo. Editora Cortez. 2003.

_____. *Fala e Escrita – Parte 01*. 2011. Disponível em:
<http://www.youtube.com/watch?v=XOzoVHyiDew>. Acesso em 21 de mai. de 2012.

_____. *O tratamento da oralidade no ensino de língua*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1993.

PEIXOTO, A. J. R. "Gêneros Oraais: uma nova proposta de abordagem do ensino", *Eutomia: Revista Online de Literatura e Linguística da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE*. Pernambuco, v. 1, n. 1, 2008.

Disponível em: <http://www.revistaeutomia.com.br/volumes/Ano1-Volume1/linguistica-artigos/Rafaela-Peixoto.pdf>. Acesso em 25 de jun. de 2012.

SILVA, M. L. A. QUITERIO, P. L. *II Caderno de Apoio Pedagógico, 2º ano*, Prefeitura Rio Janeiro, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em:

<http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/1007363/DLFE-201537.pdf/1.0> Acesso em 26 de jun. de 2012.